



**2º SIMULADO ESPECIAL**

# CNU

**BLOCO TEMÁTICO 7**

**Justiça e Defesa**

**Pós-Edital**



# Simulado

## 2º Simulado Especial CNU (Bloco Temático 7)

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **CNU**, cargo de **Bloco Temático 7 - Justiça e Defesa**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

### PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/hVQYVQmVv5zsbeWe9>

01 - ABCDE	16 - ABCDE	31 - ABCDE	46 - ABCDE	61 - ABCDE	76 - ABCDE
02 - ABCDE	17 - ABCDE	32 - ABCDE	47 - ABCDE	62 - ABCDE	77 - ABCDE
03 - ABCDE	18 - ABCDE	33 - ABCDE	48 - ABCDE	63 - ABCDE	78 - ABCDE
04 - ABCDE	19 - ABCDE	34 - ABCDE	49 - ABCDE	64 - ABCDE	79 - ABCDE
05 - ABCDE	20 - ABCDE	35 - ABCDE	50 - ABCDE	65 - ABCDE	80 - ABCDE
06 - ABCDE	21 - ABCDE	36 - ABCDE	51 - ABCDE	66 - ABCDE	81 - ABCDE
07 - ABCDE	22 - ABCDE	37 - ABCDE	52 - ABCDE	67 - ABCDE	82 - ABCDE
08 - ABCDE	23 - ABCDE	38 - ABCDE	53 - ABCDE	68 - ABCDE	83 - ABCDE
09 - ABCDE	24 - ABCDE	39 - ABCDE	54 - ABCDE	69 - ABCDE	84 - ABCDE
10 - ABCDE	25 - ABCDE	40 - ABCDE	55 - ABCDE	70 - ABCDE	85 - ABCDE
11 - ABCDE	26 - ABCDE	41 - ABCDE	56 - ABCDE	71 - ABCDE	86 - ABCDE
12 - ABCDE	27 - ABCDE	42 - ABCDE	57 - ABCDE	72 - ABCDE	87 - ABCDE
13 - ABCDE	28 - ABCDE	43 - ABCDE	58 - ABCDE	73 - ABCDE	88 - ABCDE
14 - ABCDE	29 - ABCDE	44 - ABCDE	59 - ABCDE	74 - ABCDE	89 - ABCDE
15 - ABCDE	30 - ABCDE	45 - ABCDE	60 - ABCDE	75 - ABCDE	90 - ABCDE

### SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/md52>

**CONHECIMENTOS GERAIS****DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO***Nelma Fontana*

1. A respeito da dignidade da pessoa humana e sobre o papel das escolas no combate às discriminações por gênero e orientação sexual, com base no entendimento do STF, julgue os itens a seguir.
- I. O STF reconheceu o dever constitucional das escolas públicas e particulares de coibir discriminações por gênero, identidade de gênero e orientação sexual, promovendo um ambiente educacional inclusivo e respeitoso.
- II. O direito à educação deve ser interpretado de forma restrita, limitando-se a garantir o acesso ao ensino formal, sem incluir políticas de combate à discriminação e promoção da igualdade de gênero.
- III. A decisão do STF destacou que o Estado tem o dever de agir positivamente para implementar políticas públicas voltadas à promoção da igualdade de gênero e orientação sexual no ambiente educacional.
- IV. A omissão da menção expressa ao combate à homotransfobia no Plano Nacional de Educação não afasta a obrigação das instituições de ensino de adotarem medidas contra a discriminação, pois essa proteção decorre diretamente da Constituição.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I e III estão corretos.
- b) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens I e II estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

2. Saúde é direito fundamental consagrado no artigo 6º da Constituição Federal. Trata-se de direito de todos e dever do Estado. Sobre os critérios para o fornecimento de medicamentos não incorporados na política pública do SUS, assinale a alternativa correta

- a) O STF decidiu que todas as demandas sobre fornecimento de medicamentos, independentemente do valor do tratamento e da existência de registro na ANVISA, devem tramitar exclusivamente na Justiça Estadual.
- b) O STF decidiu que o Poder Judiciário pode determinar o fornecimento de medicamentos não incorporados ao SUS sem a necessidade de analisar o ato administrativo da Conitec sobre a negativa de incorporação.
- c) O STF determinou que a União não possui responsabilidade financeira em ações judiciais relacionadas ao fornecimento de medicamentos não incorporados ao SUS, sendo tal obrigação exclusiva dos Estados e Municípios.
- d) O STF considerou inconstitucional qualquer forma de ressarcimento da União aos Estados e Municípios em casos de fornecimento de medicamentos determinados judicialmente.
- e) O STF estabeleceu que as ações que envolvem medicamentos não incorporados ao SUS, mas com registro na ANVISA, devem tramitar na Justiça Federal, quando o valor do tratamento anual for igual ou superior a 210 salários-mínimos.

**DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO***Alessandra (Alê) Lopes*

3. Os conceitos fundamentais do Estado moderno estão intimamente relacionados ao modo como os indivíduos se organizam política e juridicamente. Entender a diferença entre soberania, governo, território e cidadania é essencial para compreender a estrutura do Estado contemporâneo.

Relacione os conceitos abaixo com suas respectivas definições:

1. Soberania
2. Governo
3. Território
4. Cidadania

- ( ) Autoridade suprema e independente que o Estado possui para se autodeterminar e se organizar interna e externamente.
- ( ) Conjunto de instituições e pessoas responsáveis pela direção do Estado e pela condução das políticas públicas.
- ( ) Base física delimitada onde se estabelece a jurisdição de um Estado soberano.
- ( ) Condição jurídica que permite a um indivíduo o exercício de direitos e o cumprimento de deveres perante um Estado.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- a) 1 – 2 – 3 – 4
- b) 2 – 3 – 4 – 1
- c) 1 – 3 – 2 – 4
- d) 4 – 2 – 1 – 3
- e) 2 – 4 – 3 – 1

4. A Constituição Federal de 1988 consagrou o modelo de Estado Democrático de Direito no Brasil. Esse modelo ultrapassa a noção meramente formal de legalidade e se ancora na soberania popular, na promoção dos direitos fundamentais e na participação ativa dos cidadãos na formulação, fiscalização e avaliação das políticas públicas.

À luz do conceito de Estado Democrático de Direito e das práticas associadas à participação e ao controle social, analise as afirmativas abaixo:

- I. O controle social implica que a sociedade civil possa acompanhar, avaliar e intervir nas ações do Estado, ainda que sem mecanismos institucionalizados, por meio de manifestações espontâneas e redes sociais.
- II. A participação social é uma diretriz do Estado Democrático de Direito, e se concretiza apenas por meio da eleição periódica de representantes nos Poderes Executivo e Legislativo.
- III. Conselhos gestores de políticas públicas são exemplos de instrumentos institucionais de controle social, que ampliam os canais de deliberação democrática.
- IV. O Estado Democrático de Direito exige que a legalidade se harmonize com os princípios da dignidade da pessoa humana, da transparência e da participação cidadã.

Assinale a opção correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

5. (...) O ato de relacionar direitos fundamentais com políticas públicas e, em especial, com políticas públicas de direitos sociais abre a porta à possibilidade de um maior controle ou intervenção judicial na ação governamental, sem violação da separação dos poderes, aumentando a transparência ao suscitar que mais cidadãos e organizações sociais possam recorrer ao Poder Judiciário sempre que o Poder Público não venha implementar políticas públicas constitucionalmente devidas ou realizar outras frontalmente contrárias ao texto constitucional. (Carvalho, 2019, p. 783). a utilização do Poder Judicial para solução de demandas individuais em oposição aos processos coletivos, na busca da efetivação de direitos e de políticas públicas, tem como consequência
- a) o afastamento da possibilidade de uma resposta estrutural do problema.
  - b) o fortalecimento do controle popular sobre as decisões judiciais e administrativas.
  - c) a ampliação da participação cidadã nos espaços deliberativos do Judiciário.
  - d) a consolidação de políticas públicas de forma mais democrática e universal.
  - e) o aumento da efetividade das políticas públicas por meio de decisões individualizadas.

### **POLÍTICAS PÚBLICAS**

*Stefan Fantini*

6. Em relação às etapas clássicas que compõem o ciclo de políticas públicas, assinale a opção que não corresponde a uma dessas fases.
- a) Avaliação.
  - b) Tomada de decisão.
  - c) Implementação.
  - d) Formulação da política.
  - e) Prestação de contas.

7. Um gestor público precisa avaliar se vale a pena manter um programa que oferece bolsas de estudo no exterior. Ele decide converter tanto os custos (passagens, bolsas, taxas) quanto os benefícios (como aumento de renda dos bolsistas após retorno, impostos pagos, etc.), ambos em valores financeiros, para decidir se o investimento compensa. Nesse caso, ele está utilizando qual tipo de análise?

- a) Análise Efetividade-Custo.
- b) Análise Custo-Efetividade.
- c) Análise Benefício-Efetividade.
- d) Análise Custo-Benefício.
- e) Análise de Resultados Públicos.

8. O governo estadual lançou um programa que oferece óculos de grau gratuitamente para estudantes da rede pública. O projeto é financiado com recursos do orçamento do Estado e beneficia um grupo específico da população. Essa política pública é caracterizada como:

- a) Regulatória.
- b) Redistributiva.
- c) Efetividade-Custo.
- d) Distributiva.
- e) Estruturante.

9. Um programa estadual de alfabetização foi concluído após quatro anos de execução. Agora, os gestores querem verificar se os objetivos previstos foram alcançados, analisando os resultados do programa. Esse tipo de avaliação, realizada após a implementação, é conhecida como:

- a) Avaliação Concomitante.
- b) Avaliação In Itinere.
- c) Avaliação Ex Ante.
- d) Avaliação Ex Post.
- e) Avaliação Inicial.

10. No processo de construção da agenda governamental, os problemas públicos podem ser classificados conforme sua intensidade ao longo do tempo. Considerando essa tipologia, assinale a alternativa correta:

- a) O congestionamento progressivo nas grandes cidades, resultado do aumento da frota de veículos, é um exemplo clássico de problema cíclico.
- b) A descoberta de um grande esquema de corrupção, que provoca intensa mobilização da mídia e da opinião pública, representa um problema incremental.
- c) A redução contínua dos índices de analfabetismo no Brasil, após décadas de programas educacionais, é um exemplo de problema em declínio.
- d) A precariedade das escolas públicas, que se mantém praticamente com o mesmo nível de atenção e gravidade ao longo dos anos, caracteriza um problema súbito.
- e) O aumento de doenças respiratórias durante o outono e o inverno é um exemplo típico de problema incremental.

### ÉTICA E INTEGRIDADE

*Rodrigo Bet*

11. Durante o processo seletivo simplificado realizado por uma fundação pública, constatou-se que determinado candidato foi beneficiado por critérios subjetivos aplicados de forma desigual, em desacordo com as regras previamente estabelecidas no edital. Tal conduta resultou em favorecimento indevido, desvirtuando a finalidade pública do certame.

- A violação relatada configura ofensa direta a qual princípio constitucional da Administração Pública?
- a) Moralidade.
  - b) Publicidade.
  - c) Impessoalidade.
  - d) Eficiência.
  - e) Razoabilidade.

### ÉTICA E INTEGRIDADE

*Stefan Fantini*

12. Sobre a distinção entre Governança Pública e Gestão Pública, assinale a alternativa correta.

- a) A gestão pública foca em efetividade e economicidade e a governança pública foca em eficácia e eficiência.
- b) A governança pública tem função direcionadora, enquanto a gestão pública tem função realizadora.
- c) A gestão pública é responsável por avaliar e direcionar, enquanto a governança pública cuida da execução dos planos.
- d) Governança e gestão são funções operacionais idênticas no setor público.
- e) A gestão pública envolve avaliar, dirigir e monitorar, enquanto a governança pública envolve planejar, executar e controlar.

13. Com base no Decreto nº 9.203/2017, que estabelece a política de governança pública na administração pública federal, analise as afirmativas a seguir:

- I. Integridade e transparência são princípios da governança pública.
- II. Liderança, estratégia e controle são mecanismos para o exercício da governança pública.
- III. Liderança, integridade e controle são princípios da governança pública.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) I, II e III.

**ÉTICA E INTEGRIDADE***Rodrigo Bet*

**14.** Uma autarquia federal determinou a imediata execução de um contrato administrativo para reforma em suas instalações, mas deixou de divulgar atos contratuais em meio oficial, o que impediu que os cidadãos e empresas interessadas tivessem ciência do ato. Apesar de o contrato ter sido regularmente realizado, a ausência dessa formalidade comprometeu sua eficácia.

Com base no caso descrito, assinale a alternativa que indica corretamente o princípio constitucional da Administração Pública que foi violado e cuja observância é requisito para a eficácia do ato administrativo.

- a) Legalidade.
- b) Moralidade.
- c) Eficiência.
- d) Publicidade.
- e) Impessoalidade.

**15.** A Controladoria de um órgão público federal está elaborando um relatório sobre o uso de verbas destinadas a programas sociais. Um dos critérios para validação das informações constantes nesse relatório é a garantia de que os dados foram extraídos diretamente da fonte, com elevado grau de detalhamento e sem qualquer tipo de modificação ou tratamento posterior.

No contexto da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), o atributo exigido da informação, conforme descrito acima, corresponde ao conceito de:

- a) Autenticidade.
- b) Disponibilidade.
- c) Integridade.
- d) Primariedade.
- e) Fidedignidade.

**DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA SOCIEDADE***Géssica Ehle*

**16.** O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275 reconhecendo o direito à retificação do nome e do gênero no registro civil por pessoas transgênero, independentemente da realização de cirurgia de redesignação sexual, laudos médicos ou autorização judicial. Nos termos do Decreto nº 8.727/2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, é correto afirmar que

- a) a utilização do nome civil é absolutamente vedada, uma vez que o nome social o substitui em todos os registros do indivíduo independentemente de requerimento
- b) o nome civil poderá ser utilizado junto do nome social por órgão ou a entidade da administração pública federal direta, caso seja estritamente necessário ao atendimento do interesse público e à salvaguarda de direitos de terceiros
- c) a utilização do nome civil deverá ser abolida sempre que órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em seus atos e procedimentos, apurarem que o indivíduo traz aparência que pressuponha se identificar como travesti ou transexual, evitando situações que possam ser discriminatórias
- d) o nome social da pessoa travesti ou transexual constará nos documentos oficiais, se requerido expressamente pelo interessado, substituindo o nome civil
- e) o uso do nome social serve para preservar o direito à identidade de gênero de uma pessoa, que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, guardando relação necessária com o sexo atribuído no nascimento



**17.** A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) foi editada em Nova York, no dia 31 de março de 1981. Quanto as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na esfera do emprego a fim de assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres a CEDAW prevê que

- a) poderá haver demissões motivadas pelo estado civil, desde que resguardada indenização justa
- b) os Estados-Partes deverão implantar a licença de maternidade, com salário pago ou benefícios sociais comparáveis, podendo haver perda do emprego anterior e da antiguidade
- c) cada Estado-Parte promova o fornecimento de serviços sociais de apoio necessários para permitir que as mulheres, exclusivamente, consigam combinar as obrigações para com a família com as responsabilidades do trabalho
- d) caso mulheres em período de gestação optem por trabalho comprovadamente prejudicial a elas, os Estados-Partes poderão adotar medidas de desligamento e justa indenização
- e) Estados-Partes devem tomar todas as medidas para garantir que a educação familiar inclua uma compreensão adequada da maternidade como função social

**18.** Joana, servidora pública e mulher negra, praticante de religião de matriz africana, utiliza turbante diariamente como parte de sua expressão religiosa e cultural. Ao retornar ao trabalho após um período de férias, ela é surpreendida por uma nova normativa interna da repartição pública onde atua, a qual estabelece que “todos os servidores deverão manter o padrão estético e visual neutro, vedado o uso de adereços de cabeça que comprometam a identidade institucional do órgão”. Com base na Constituição Federal e na Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, é correto afirmar que:

- a) A normativa não configura violação de direitos, pois o órgão pode estabelecer normas de padronização visual dos seus servidores, desde que sem referência explícita a crenças religiosas ou grupos raciais
- b) A norma em questão configura discriminação racial e religiosa direta, pois menciona expressamente a proibição de símbolos africanos
- c) Trata-se de um exemplo de discriminação racial indireta, pois a norma, embora aparentemente neutra, impõe desvantagem desproporcional a pessoas negras de religiões afro-brasileiras, como é o caso de Joana, sem justificativa razoável
- d) Joana poderá ser obrigada a se adequar à norma, desde que a Administração Pública demonstre que o uso do turbante compromete a imagem institucional do local
- e) Joana sofre com uma manifestação de intolerância, pois trata-se de uma afronta direta a sua dignidade, total desprezo e desrespeito por suas convicções religiosas



**19.** Diante do atual paradigma assecuratório de Direitos Humanos, as pessoas com deficiência (PcDs) têm assegurada a plena capacidade civil, seja por normas internacionais de Direitos Humanos, como é o caso da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, seja por normas internas, como a Lei n. 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Paulo José é pessoa com deficiência intelectual e busca saber sobre alguns dos direitos que possui expressamente assegurados por Lei, de modo que incorreto o que se afirma em:

- a) Paulo José poderá casar-se e constituir união estável mediante apresentação de atestado de pleno gozo de suas capacidades
- b) a todas as pessoas com deficiência é assegurado o direito de exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária
- c) caso Paulo José tenha menos de 18 (dezoito) anos, poderá figurar como adotando e, caso completa a maioridade civil, poderia figurar também como adotante
- d) caso Paulo José deseje passar por procedimento de vasectomia não precisará estar curatelado para o ato
- e) A definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto, para todos esses atos Paulo José, como pessoa com deficiência, preserva sua capacidade civil plena

**20.** A sociedade atual discute sobre a temática do envelhecimento saudável e quanto à longevidade nunca antes experienciada. Quanto aos direitos assegurados à pessoa idosa, analise os itens a seguir.

- I. A efetivação de direitos como o direito à vida, à saúde, à alimentação, à dignidade e ao respeito deve ser assegurada pela família, a sociedade e o Estado, com absoluta prioridade.
- II. Um profissional de saúde que deixar de comunicar à autoridade competente os casos de crimes contra pessoa idosa de que tiver conhecimento cometerá crime a ser punido com reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.
- III. Não constitui crime a negativa de crédito motivada por superendividamento da pessoa idosa.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL***Antônio Daud*

**21.** Gilvan, ao estudar sobre os sistemas estruturantes do Poder Executivo Federal, afirmou INCORRETAMENTE que o Sistema de:

- a) Integridade Pública possui como principal objetivo coordenar e articular as atividades relativas à integridade, além de aumentar a simetria de informações com a sociedade e estabelecer padrões para as práticas e medidas de integridade.
- b) Ouvidoria tem como finalidade principal coordenar as atividades de ouvidoria desenvolvidas pelos órgãos da administração pública federal, especialmente no tocante ao recebimento de manifestações.
- c) Correição tem por objetivo realizar atividades relacionadas à prevenção e à apuração de infrações funcionais, por meio da instauração e condução de procedimentos correccionais.
- d) Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (TI) objetiva organizar a operação, controle, supervisão e coordenação dos recursos de TI.
- e) Controle Externo é responsável por avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União, bem como por comprovar a legalidade e avaliar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

**22.** Inocêncio, servidor efetivo de determinado órgão público federal, ao assumir a gestão de um novo departamento, foi instruído pelos seus superiores sobre a execução das atividades na Administração Federal, tendo sido falado INCORRETAMENTE que:

- a) A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.
- b) A descentralização deve ocorrer dentro dos quadros da Administração Federal, distinguindo-se claramente o nível de direção do de execução.
- c) A descentralização deve ocorrer da Administração Federal para as unidades federadas, quando estejam devidamente aparelhadas e mediante convênio.
- d) A descentralização deve ocorrer da Administração Federal para a órbita privada, mediante contratos ou concessões.
- e) Os serviços que compõem a estrutura central de direção devem permanecer liberados das rotinas de execução e das tarefas de mera formalização de atos administrativos, permitindo-se a descentralização das atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle.

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL***Elisabete Moreira*

**23.** O modelo racional-legal, implantado no Brasil na tentativa de acabar com a corrupção e o nepotismo presentes no modelo de administração patrimonial, mostrou-se ineficaz no atendimento às demandas dos cidadãos, tornando-se necessário implementar um novo modelo de gestão que produzisse resultados efetivos para a sociedade. Acerca da evolução das reformas da administração e do serviço público no Brasil, marque a alternativa correta.

- a) A reforma do Estado gerencial mostrou-se eficaz na solução dos problemas socioeconômicos do país, pois estava orientada para o desenvolvimento e levou em consideração a necessidade de construção do Estado em novas bases.
- b) A reforma do Decreto-Lei n.º 200/1967 consolidou a centralização das atividades de produção de bens e serviços na administração direta, consagrando e racionalizando uma situação que já se delineava desde o governo de Juscelino Kubitschek.
- c) Em um modelo de gestão por resultados, o estabelecimento de objetivos e metas deve ser definido de forma discricionária pelo gestor público.
- d) Para produzir inovações eficazes, no que diz respeito ao governo e à sociedade digital, não se faz necessário dispor de quadros jurídicos que combinem mercados e redes, pois isso burocratizaria as iniciativas.
- e) Nas crises passadas ocorridas no Estado, a exemplo de terrorismos, finanças, catástrofes naturais, entre outras, houve a necessidade dos Centros de governo, como hierarquias, assumir a liderança na orientação dos mercados.

**24.** A Administração Pública brasileira tem buscado se adaptar às mudanças da sociedade e incorporou ferramentas e a orientação para o mercado com vistas a dar resultados ao cidadão. Levando em consideração o tema, analise as alternativas a seguir.

- I. Desde o final da década de 1970, começando no Reino Unido, com a primeira-ministra Margaret Thatcher, e nos Estados Unidos com o presidente Ronald Reagan, o modelo de *New Public Management* (NPM) ganhou impulso, baseado em teorias econômicas neoinstitucionalistas com transações entre principais e agentes, posteriormente, incorporado à agenda brasileira.
- II. O Estado Neoweberiano mantém uma parcela significativa do setor público e tem a hierarquia como o seu principal motor, não só dentro do setor público, mas também para orientar a sua metagovernança entre o setor público e o setor privado com e sem fins lucrativos.
- III. No Estado Neoweberiano, o papel da democracia representativa é substituída por uma série de dispositivos de consulta e de representação direta das opiniões dos cidadãos

Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta.

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III estão corretas.
- e) I, apenas.



**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL***Gabriela Zavadinack*

25. O Estado de Arco-Íris vem enfrentando dificuldades fiscais, com déficit orçamentário recorrente e aumento de sua dívida consolidada. Ao assumir o governo, a nova gestão decide implementar um programa de ajuste fiscal e de priorização de políticas públicas com base em evidências. Para isso, o governador orienta que:

1. a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício seguinte estabeleça critérios mais rígidos para limitação de empenho, defina metas fiscais compatíveis com a sustentabilidade da dívida e incorpore resultados das avaliações de políticas públicas já executadas.
2. a próxima Lei Orçamentária Anual (LOA) preveja recursos para programas cuja eficácia tenha sido comprovada nas avaliações, ainda que isso implique cortar iniciativas politicamente populares, mas ineficientes e ineficazes.
3. no Plano Plurianual (PPA), sejam incluídas metas plurianuais que considerem o cenário macroeconômico, bem como diretrizes para a política fiscal.

Considerando o disposto na Constituição Federal (CF) e na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), é correto afirmar que:

- a) Todas as medidas propostas são constitucionais e coerentes com a CF e com a LRF, pois integram planejamento de médio prazo (PPA), planejamento de curto prazo (LDO) e execução anual (LOA) de forma a alinhar políticas públicas a resultados e sustentabilidade fiscal.
- b) As medidas violam a CF e a LRF, pois a LDO não pode conter critérios para limitação de empenho nem considerar avaliações de políticas públicas, já que tais funções pertencem exclusivamente ao PPA.
- c) A LOA não pode selecionar programas com base em eficácia comprovada, devendo incluir todas as ações previstas no PPA, independentemente de

avaliação de resultados, sob pena de afronta ao princípio da universalidade orçamentária.

- d) Apenas as medidas propostas nos itens 1 e 2 são constitucionais e coerentes com a LRF e com a CF, visto que as diretrizes de política fiscal devem ser tratadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e não no Plano Plurianual, conforme orientação contida no item 3.
- e) A vinculação do planejamento orçamentário aos resultados de avaliação de políticas públicas é exigência exclusiva da LRF e não encontra previsão expressa no texto constitucional.

**TRABALHO E TECNOLOGIA***Emannuelle Gouveia*

26. A incorporação de tecnologias digitais nos ambientes laborais tem provocado mudanças significativas nas relações de trabalho. Um dos principais efeitos dessas transformações, especialmente nas plataformas digitais e ambientes virtuais, é:

- a) A consolidação de empregos com carteira assinada, impulsionada pela regulamentação de startups.
- b) A crescente aplicação de regimes de tempo integral com controle rígido de jornada.
- c) A emergência de modelos de trabalho baseados em algoritmos, com impacto direto na autonomia e remuneração dos trabalhadores.
- d) A extinção de trabalhos informais devido à transparência dos dados digitais.
- e) A substituição completa da mão de obra humana por agentes autônomos de inteligência artificial.

**27.** No contexto do setor público brasileiro, o uso de Inteligência Artificial (IA) tem sido estimulado como forma de ampliar a eficiência e a capacidade de atendimento ao cidadão. Entre os impactos positivos dessa adoção, destaca-se:

- a) A redução da participação social em decisões administrativas, delegando decisões inteiramente aos algoritmos.
- b) O fortalecimento do atendimento presencial em detrimento de canais digitais automatizados.
- c) A padronização de processos, aumento da celeridade e apoio à tomada de decisões com base em dados.
- d) A exclusividade de uso da IA apenas para fins de controle interno e auditoria de gastos.
- e) A substituição automática de servidores públicos em funções estratégicas, com eliminação de concursos.

**28.** A automação de processos por meio de Robotic Process Automation (RPA) tem sido adotada por órgãos públicos para aumentar a produtividade administrativa. Sobre essa prática, é correto afirmar que:

- a) Elimina a necessidade de revisão humana em processos críticos, devido à infalibilidade dos robôs.
- b) Está restrita a tarefas criativas e de alto grau de abstração, típicas de cargos estratégicos.
- c) É utilizada apenas em processos judiciais eletrônicos, como no âmbito do Poder Judiciário.
- d) Possui impacto direto na redução de retrabalho, tempo de execução e erros operacionais.
- e) Pressupõe o desligamento de servidores para compensar os investimentos em tecnologia.

**29.** A crescente adoção de sistemas baseados em inteligência artificial no setor público tem levantado preocupações quanto à sua aplicação em decisões administrativas. Entre os riscos a serem considerados, destaca-se:

- a) A obrigatoriedade de aprovação judicial para cada uso de algoritmos em serviços públicos.
- b) A possibilidade de reprodução de vieses discriminatórios presentes nos dados de treinamento.
- c) A total neutralidade e imparcialidade garantida por sistemas baseados em IA.
- d) A substituição automática de todos os processos burocráticos por decisões algorítmicas.
- e) A exclusividade do uso de IA apenas para atividades internas, sem impacto no cidadão.

**30.** Apesar dos ganhos de produtividade promovidos pelas novas tecnologias, sua adoção no setor público também pode gerar limitações institucionais. Um exemplo concreto de limitação a ser enfrentada é:

- a) O aumento da capacidade de armazenamento e processamento de dados públicos.
- b) A ampla digitalização dos serviços públicos essenciais para o cidadão.
- c) A melhoria nos fluxos de trabalho com uso de ferramentas de automação.
- d) A integração entre diferentes órgãos por meio de soluções interoperáveis.
- e) A carência de profissionais qualificados para implementar e manter soluções tecnológicas.

**EIXO TEMÁTICO 1****ADMINISTRAÇÃO GERAL***Stefan Fantini*

**31.** Em uma secretaria municipal, os chefes de departamento estão elaborando metas e ações específicas para suas áreas. Esse tipo de planejamento, feito pelo nível gerencial e voltado para uma unidade específica, é chamado de:

- a) Planejamento estratégico.
- b) Planejamento operacional.
- c) Planejamento tático.
- d) Planejamento institucional.
- e) Planejamento normativo.

**32.** De acordo com as orientações aplicadas à gestão pública, um bom indicador de desempenho deve possuir algumas propriedades essenciais. Assinale a alternativa que não corresponde a uma dessas propriedades essenciais:

- a) Validade.
- b) Confiabilidade.
- c) Simplicidade.
- d) Utilidade.
- e) Disponibilidade.

**33.** Em uma empresa, o gerente Mário Bros toma todas as decisões sem consultar sua equipe, determina as tarefas de forma rígida e não permite participação dos subordinados no processo decisório. De acordo com a teoria dos estilos de liderança proposta por White e Lippitt, esse estilo adotado por Mário é classificado como:

- a) Liderança Democrática.
- b) Liderança Liberal.
- c) Liderança Pactuada.
- d) Liderança Autocrática.
- e) Liderança Técnica.

**34.** Após conquistar estabilidade no emprego e garantir moradia segura para sua família, Carlos passou a buscar mais integração com amigos e participação em grupos. Segundo a teoria de Maslow, a necessidade que ele passou a buscar refere-se a:

- a) Estima.
- b) Fisiológica.
- c) Social.
- d) Autorrealização.
- e) Segurança.

**35.** Em uma organização pública, o servidor passou a ser avaliado por seu gestor, colegas de equipe, subordinados, usuários do serviço e também realizou uma autoavaliação. Esse tipo de método moderno de avaliação de desempenho é conhecido como:

- a) Escalas gráficas.
- b) Avaliação 360 graus.
- c) Avaliação por incidentes críticos.
- d) Avaliação por competências técnicas.
- e) Avaliação comparativa direta.

**SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO***Thayse Duarte*

**36.** O conceito de sofrimento ético, segundo as abordagens da saúde do trabalhador, refere-se a:

- a) Conflitos morais vivenciados, quando há incoerência entre valores pessoais e exigências profissionais.
- b) Transtornos mentais causados por predisposição genética.
- c) Sensações de culpa por baixo desempenho técnico.
- d) Falta de motivação causada por tarefas repetitivas.
- e) Dificuldades cognitivas derivadas de sobrecarga intelectual.



**MÉTODOS E PESQUISA APLICADA À GESTÃO PÚBLICA***Daniel Almeida Bezerra*

**37.** Uma equipe técnica do governo estadual, ao implementar um novo programa de segurança alimentar, decide realizar uma pesquisa aplicada com finalidade descritiva e com ênfase na análise de evidências científicas provenientes de estudos de caso internacionais. A pesquisa envolveu o mapeamento do perfil socioeconômico dos beneficiários, os efeitos percebidos após três meses de intervenção e uma matriz comparativa com experiências chilenas e mexicanas. Sobre a classificação e os métodos adotados, é correto afirmar:

- a) Trata-se de uma pesquisa experimental, pois compara a eficácia entre diferentes contextos internacionais e mede os efeitos da intervenção com controle de variáveis.
- b) A pesquisa é explicativa, pois a utilização de matriz comparativa permite identificar relações causais e efeitos diretos da política pública.
- c) A natureza aplicada e descritiva da pesquisa está evidente na análise empírica do perfil dos beneficiários e na comparação sistemática de experiências, sem extrapolar para causalidades.
- d) A metodologia utilizada é fundamentalmente filosófica, pois parte de concepções abstratas sobre segurança alimentar e desenvolvimento.
- e) O estudo de caso internacional elimina a necessidade de validação científica, pois assume validade universal dos resultados replicados.

**38.** Em um projeto de avaliação de políticas públicas voltado para a inclusão digital em áreas rurais, uma pesquisadora opta por empregar a metodologia de pesquisa exploratória, com levantamento de percepções dos usuários, análise documental de dados governamentais e identificação de padrões emergentes. A fase inicial da pesquisa envolveu oficinas participativas, seguidas por entrevistas abertas com agentes locais. Com base nesse desenho metodológico e nos princípios da pesquisa científica, é correto afirmar:

- a) A escolha pela pesquisa exploratória invalida qualquer tentativa de coleta de dados empíricos, pois tal abordagem deve permanecer exclusivamente teórica.
- b) O uso de oficinas e entrevistas abertas permite formular hipóteses iniciais e delinear variáveis relevantes, respeitando o caráter flexível da pesquisa exploratória.
- c) A análise documental torna a pesquisa automaticamente explicativa, já que envolve fontes oficiais e institucionais.
- d) A triangulação metodológica compromete a validade da pesquisa exploratória, por incorporar dados heterogêneos sem rigor estatístico.
- e) A inclusão de agentes locais como sujeitos ativos da pesquisa viola os princípios da neutralidade científica, tornando os resultados subjetivos e não confiáveis.

39. Em uma iniciativa de monitoramento de políticas públicas no campo da saúde indígena, uma equipe interinstitucional adotou uma abordagem qualitativa com base em pesquisa participante. A equipe se inseriu nas aldeias, participou de reuniões do Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI) e realizou rodas de conversa com agentes comunitários. Os dados foram sistematizados a partir da identificação de categorias emergentes relacionadas ao acesso, respeito à medicina tradicional e conflitos de governança entre instâncias federativas. Considerando a perspectiva epistemológica da pesquisa aplicada e os métodos empregados, é correto afirmar:

- a) A pesquisa caracteriza-se como exploratória e de campo, priorizando a escuta ativa e a construção dialógica do conhecimento em contextos socioculturais específicos.
- b) Trata-se de um estudo experimental com validação por meio de testes estatísticos, conforme exigido pela legislação sanitária.
- c) A utilização de rodas de conversa inviabiliza a sistematização dos dados, pois não permite codificação de padrões com validade científica.
- d) A atuação junto ao CONDISI e a inserção nas aldeias ferem o princípio da imparcialidade metodológica, sendo recomendável o uso de questionários estruturados.
- e) A abordagem adotada é exclusivamente descritiva, sem capacidade de gerar implicações práticas ou transformadoras nas políticas públicas.

## CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

*Antônio Daud*

40. No que diz respeito à disciplina normativa aplicável às contratações públicas, assinale a alternativa correta:

- a) A Lei 14.133/2021 aplica-se aos contratos que tenham por objeto operação de crédito.
- b) A Lei 14.133/2021, enquanto norma geral de contratações públicas, aplica-se aos contratos celebrados por empresas públicas prestadoras de serviços públicos.
- c) A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a validade dos contratos administrativos.
- d) Nas contratações regidas pela Lei 14.133/2021, poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias relacionadas a direitos indisponíveis.
- e) Mesmo encontrando-se totalmente revogada, a Lei 8.666/1993 continua a reger, durante toda sua vigência, os contratos celebrados após o início da vigência da Lei 14.133/2021, nos casos em que a Administração tenha optado por licitar de acordo com Lei 8.666/1993.

41. Josimar, ao estudar sobre os seis tipos de licitação previstos na Lei 14.133/2021, afirmou corretamente que:

- a) O maior retorno econômico deverá ser utilizado exclusivamente para a celebração de contratações integradas e semi-integradas.
- b) O julgamento por melhor técnica ou conteúdo artístico considerará exclusivamente as propostas técnicas ou artísticas apresentadas pelos licitantes.
- c) Na técnica e preço, admite-se proporção máxima de 50% de valorização para a proposta técnica.
- d) O julgamento pelo maior desconto terá como referência os preços unitários fixados no edital de licitação.
- e) A utilização isolada do modo de disputa aberto será vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto.

42. Considerando as regras atualizadas da Lei 14.133/2021, analise as seguintes afirmações:

- I – Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, deverá ser obrigatoriamente exigida prestação de garantia para assegurar a fiel execução do contrato, limitada em regra a 5% do valor do contrato.
- II – O agente da contratação deve ser designado obrigatoriamente entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes.
- III – São considerados de grande vulto apenas os serviços, obras e compras de valor superiores a R\$ 300 milhões.

Está correto o que se afirma em:

- a) II e III, apenas.
- b) I, II e III.
- c) I e III, apenas.
- d) II, apenas.
- e) I, apenas.

## EIXO TEMÁTICO 2

### MUDANÇAS CLIMÁTICAS

*André Rocha*

43. As mudanças climáticas impõem novos desafios aos setores de segurança e defesa, exigindo ações intersetoriais e estratégias de adaptação. Com base nessa relação, assinale a alternativa correta.
- a) A intensificação de eventos climáticos extremos, como secas prolongadas e ondas de calor, fomenta a estabilidade regional ao reduzir a competição por recursos naturais, consolidando a governança local.
  - b) O desenvolvimento de tecnologias de energia renovável para fins militares minimiza a dependência de combustíveis fósseis, não influenciando a logística operacional ou a resiliência das forças armadas em campo.
  - c) A degradação ambiental e a perda de biodiversidade são desafios que se manifestam de forma isolada, desvinculados da segurança alimentar e da potencialização de extremismos em áreas vulneráveis.
  - d) A capacidade de inteligência dos setores de segurança e defesa precisa ser aprimorada para monitorar e analisar os impactos das mudanças climáticas, incluindo a instabilidade social e a emergência de novas ameaças híbridas.
  - e) A adaptação das doutrinas militares às mudanças climáticas envolve primariamente a revisão de táticas de combate em ambientes de selva, desconsiderando a influência do clima em operações em desertos ou áreas urbanas.



**GRANDE ESTRATÉGIA E GEOPOLÍTICA***Leandro Signori*

**44.** A Amazônia Legal brasileira é uma região de interesse global em função de sua biodiversidade, riqueza mineral e posição estratégica. Ao mesmo tempo, enfrenta pressões ambientais, disputas geopolíticas e fluxos ilícitos transfronteiriços.

A atuação estatal na região exige articulação entre soberania, desenvolvimento e cooperação internacional, em meio a crescentes demandas de países e organismos multilaterais por proteção ambiental.

Nesse contexto, o principal desafio da política de defesa brasileira é:

- a) Reforçar a soberania sobre o território amazônico por meio de uma presença militar contínua, restringindo a atuação de organizações multilaterais e desestimulando iniciativas internacionais de pesquisa.
- b) Priorizar a cooperação militar com países amazônicos e extrarregionais, mesmo que isso implique abrir mão do controle direto sobre as operações ambientais de fiscalização e segurança.
- c) Estimular a ocupação desordenada da faixa de fronteira como forma de criar barreiras populacionais naturais frente a possíveis disputas sobre o bioma.
- d) Estabelecer um modelo de governança que concilie proteção ambiental, combate a crimes transfronteiriços e promoção do desenvolvimento sustentável, sem comprometer a autonomia nacional.
- e) Estabelecer zonas de exclusão ambiental para impedir o fluxo migratório nas áreas mais sensíveis do ponto de vista climático e geopolítico.

**45.** A crescente dependência tecnológica do Brasil em relação a empresas estrangeiras de cloud computing, inteligência artificial e segurança cibernética tem gerado debates no campo da defesa sobre a soberania digital e a vulnerabilidade infraestrutural do país.

Diante disso, uma política estratégica coerente com a lógica da grande estratégia seria:

- a) Incentivar parcerias exclusivamente com empresas globais líderes em cibersegurança.
- b) Rejeitar qualquer intervenção estatal na infraestrutura tecnológica nacional.
- c) Desenvolver soluções próprias e fomentar capacidades tecnológicas autônomas.
- d) Focar em cooperação militar exclusivamente com a OTAN.
- e) Proibir a atuação de multinacionais digitais no território nacional.

**46.** A crescente presença diplomática, técnica e militar do Brasil em países da África Ocidental, especialmente os lusófonos, reflete uma estratégia de inserção internacional com foco no Atlântico Sul.

Esse movimento dialoga com princípios da grande estratégia brasileira, que busca fortalecer sua atuação em regiões geopoliticamente relevantes, sem recorrer a posturas intervencionistas ou alinhamentos automáticos.

Esse tipo de estratégia está mais alinhado a:

- a) Cooperação sul-sul e valorização da autonomia regional.
- b) Expansão da presença militar direta no continente africano.
- c) Integração militar ao sistema de segurança europeu.
- d) Estabelecimento de zonas de exclusão comercial no entorno africano.
- e) Alinhamento automático a blocos econômicos da Ásia e do Pacífico.

**SOBERANIA DIGITAL****André Castro**

**47.** No contexto da soberania digital, o fenômeno conhecido como *vendor lock-in* (dependência de fornecedor) em ambientes de computação em nuvem pode trazer diversos riscos a Estados que buscam autonomia tecnológica. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:

- a) O *vendor lock-in* restringe apenas a migração de dados, mas não afeta a portabilidade de aplicações nem a continuidade de serviços críticos.
- b) A padronização de interfaces *multi-cloud* e de contêineres abertos (ex.: OCI, Kubernetes) é uma das estratégias recomendadas para mitigar o *vendor lock-in* e fortalecer a soberania digital.
- c) A adoção de serviços *serverless* proprietários reduz a dependência porque abstrai toda a camada de infraestrutura dos fornecedores externos.
- d) A imposição de *data localization* por si só elimina o *vendor lock-in*, pois obriga o provedor a instalar data centers no território nacional.
- e) O *vendor lock-in* torna-se irrelevante se o provedor de nuvem assinar contratos de nível de serviço (SLAs) com alta disponibilidade.

**48.** Suponha que um país adote as seguintes medidas para fortalecer sua soberania digital:

- I. Estabelecer requisitos de *software bill of materials* (SBOM) para fornecedores de tecnologia do governo.
- II. Firmar acordo bilateral de *cloud* soberana gerenciada por empresa estrangeira sob legislação do país de origem da empresa.
- III. Criar um programa de certificação nacional de cibersegurança para equipamentos de 5G fabricados localmente.
- IV. Exigir que todos os operadores de serviços críticos participem de intercâmbio de informações de ameaças (*threat intel*) por meio de um hub governamental.

Contribuem positivamente para a soberania digital, APENAS:

- a) I e II
- b) I, III e IV
- c) II e IV
- d) I, II e III
- e) III e IV

**49.** A partir de 2025, vários Estados passaram a adotar políticas de diversificação de fornecedores de IA generativa como pilar de soberania digital. Sobre esse tema, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Incentivar múltiplos *LLMs* locais reduz o risco de concentração de poder tecnológico e econômico em poucos atores globais.
- b) A diversificação de provedores estimula a criação de ecossistemas de dados e modelos treinados em contextos linguísticos locais.
- c) Manter vários fornecedores de IA eleva a barreira de entrada para startups nacionais, que passam a depender de licenças proprietárias caras.
- d) A estratégia pode favorecer a interoperabilidade e a portabilidade de cargas de trabalho de IA entre diferentes nuvens soberanas.
- e) Políticas de compra pública que exijam conformidade a padrões abertos de inferência aceleram a adoção de IA sob controle doméstico.

**BIOSSEGURANÇA: CONCEITOS E NORMAS  
GOVERNAMENTAIS***Guilherme Gasparini*

50. Assinale a alternativa que corresponda corretamente ao conceito de Organismo Geneticamente Modificado (OGM), segundo a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005:
- a) Células de embrião que apresentam a capacidade de se transformar em células de qualquer tecido de um organismo
  - b) Toda entidade biológica capaz de reproduzir ou transferir material genético, inclusive vírus e outras classes que venham a ser conhecidas.
  - c) Organismo cujo material genético tenha sido alterado por qualquer técnica de engenharia genética.
  - d) Material genético que contém informações determinantes dos caracteres hereditários transmissíveis à descendência.
  - e) Produto obtido de OGM e que não possui capacidade autônoma de replicação.

**SEGURANÇA INTERNACIONAL***Áulus Dias Warzeé*

51. O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que também é conhecido como Pacto do Rio de Janeiro ou Tratado do Rio, é um acordo internacional que versa sobre a segurança coletiva no continente americano. A esse respeito, assinale a alternativa correta.
- a) De acordo com o TIAR, um ataque armado, por parte de qualquer Estado, contra um Estado americano, será considerado como um ataque contra todos os Estados americanos.
  - b) Apesar de ter sido assinado em 1937, o TIAR nunca foi invocado, na prática, pelos membros signatários.
  - c) O TIAR é um tratado de defesa mútua entre os países membros da UNASUL.
  - d) O TIAR não aborda a hipótese de conflito entre Estados americanos.
  - e) No âmbito do TIAR, não se admite que o Órgão de Consulta decida pelo emprego de forças armadas.
52. O Direito Internacional Humanitário é também denominado “Direito de Genebra”, em referência às quatro convenções celebradas em Genebra, no ano de 1949. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.
- a) O Direito Internacional Humanitário compreende normas do chamado *jus ad bellum* (direito à guerra).
  - b) O Brasil internalizou em seu ordenamento jurídico apenas as duas primeiras convenções de Genebra de Direito Internacional Humanitário.
  - c) As disposições das convenções de Genebra de Direito Internacional Humanitário aplicam-se apenas para casos de conflitos armados de caráter internacional.
  - d) Com a proscrição do direito à guerra, o Direito Internacional Humanitário perdeu o seu objeto.
  - e) A Terceira Convenção de Genebra aborda o tratamento conferido aos prisioneiros de guerra.



**SEGURANÇA INTERNACIONAL***Sidney Leite*

**53.** Leia com atenção o trecho, a seguir e depois assinale a alternativa correta:

“A segurança regional não é apenas a ausência de conflitos armados entre vizinhos, mas a construção contínua de confiança, instituições e identidades compartilhadas que limitam a possibilidade de guerra.”

Barry Buzan, *Regions and Powers: The Structure of International Security* (2003)

A crescente complexidade dos desafios à segurança internacional e regional na América Latina exige uma abordagem articulada entre os Estados, organismos multilaterais e estruturas de defesa regionais. Nesse contexto, uma das principais dificuldades enfrentadas na construção de uma arquitetura de segurança regional efetiva na América Latina reside em:

- a) A predominância de uma doutrina de segurança coletiva estruturada em torno dos paradigmas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), os quais limitam a autonomia estratégica latino-americana.
- b) A integração normativa e burocratização promovidas pela UNASUL, acabam por restringir a atuação individual dos Estados-membros em políticas de segurança interna.
- c) A falta de uma ameaça externa comum que justifique a adoção de uma grande estratégia regional coesa, combinada com a descontinuidade institucional de iniciativas como o Conselho de Defesa Sul-Americano.
- d) A influência da União Europeia e dos Estados Unidos na formulação de políticas de segurança fronteiriça na América do Sul, especialmente no Cone Sul, o que cria dependência operacional e tecnológica.
- e) As dificuldades apresentadas pela estagnação institucional do Mercosul na última década, motivada pelos conflitos gerados em torno dos conceitos de segurança e democracia que

acabaram por estimular a ausência de esforços em investimentos em modernas tecnologias de defesa e segurança.

**54.** A Política Nacional de Fronteiras (PNF), instituída pelo Decreto nº 8.903/2016, estabelece diretrizes para a atuação do Estado brasileiro em regiões fronteiriças. Considerando os desafios geopolíticos contemporâneos e os fundamentos da PNF, um dos principais objetivos estratégicos dessa política é:

- a) O fortalecimento de alianças militares com países vizinhos para instalação de bases binacionais nas áreas de fronteira seca.
- b) A repressão direta e autônoma das Forças Armadas a crimes transnacionais em território estrangeiro limítrofe, sem necessidade de cooperação diplomática.
- c) A implementação de zonas francas exclusivas para estímulo ao comércio de defesa, com isenção tributária para armamentos e tecnologias de duplo uso.
- d) A articulação interagências para garantir a presença efetiva do Estado em faixas de fronteira, promovendo segurança, desenvolvimento e integração regional.
- e) A transferência da responsabilidade primária pelas ações de vigilância de fronteiras às empresas privadas de segurança, mediante concessão pública em áreas de interesse estratégico.

**EIXO TEMÁTICO 3****DEFESA NACIONAL***Alan Hirt*

**55.** A Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012, define termos importantes e estabelece condições para a atuação de empresas no setor de defesa. De acordo com os seus comandos, assinale a alternativa incorreta.

- a) A Lei nº 12.598, de 2012, regulamenta o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (RETID), que visa suspender a exigência de certos tributos em operações específicas.
- b) Para ser considerada uma Empresa Estratégica de Defesa (EED), uma pessoa jurídica deve assegurar que sócios ou acionistas estrangeiros não possam exercer mais de 2/3 do total de votos que puderem ser exercidos pelos acionistas brasileiros presentes em cada assembleia geral.
- c) As compras e contratações de Produtos de Defesa (PRODE) ou Sistemas de Defesa (SD) podem ser destinadas exclusivamente à participação de Empresas Estratégicas de Defesa (EED) quando envolvem Produto Estratégico de Defesa (PED).
- d) O Ministro de Estado da Defesa poderá negar o descredenciamento imediato de uma EED se houver risco para o interesse da defesa nacional, podendo obrigar a empresa a permanecer na condição de EED por até 10 anos.
- e) Os benefícios do RETID, que incluem suspensões e reduções a zero de alíquotas de tributos como PIS/Pasep, COFINS e IPI, podem ser usufruídos por até 20 anos contados da data de publicação da Lei.

**56.** A Lei nº 8.041, de 5 de junho de 1990, detalha a estrutura e as atribuições do Conselho da República. De acordo com os seus comandos, assinale a alternativa incorreta.

- a) O Conselho da República é presidido pelo Presidente da República e dele participam, entre outros, o Vice-Presidente da República, o

Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado Federal.

- b) O Conselho da República tem competência para se pronunciar sobre intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio.
- c) Seis cidadãos brasileiros natos, com mais de 35 anos de idade, participam do Conselho da República com mandato de 3 anos, sendo vedada a recondução.
- d) Em caso de impedimento de membros do Conselho como o Ministro da Justiça, serão convocados os que estiverem no exercício dos respectivos cargos ou funções.
- e) O Ministro de Estado convocado para participar de reunião do Conselho da República, na forma do § 1º do art. 90 da Constituição Federal, tem direito a voto nas deliberações

**57.** O Programa Nacional de Atividades Espaciais 2022-2031 detalha a visão e os objetivos do Programa Espacial Brasileiro para a próxima década. De acordo com o seu conteúdo, assinale a alternativa incorreta.

- a) Um dos Objetivos Estratégicos de Espaço (OEE) do PNAE 2022-2031 é fomentar o desenvolvimento de competências científica, tecnológica e de inovação para o setor espacial.
- b) Os Programas Setoriais permitem a inserção de iniciativas externas à concepção inicial do PNAE, desde que sigam diretrizes e sejam homologados pela AEB.
- c) O Centro Espacial de Alcântara (CEA) é uma das infraestruturas espaciais mais importantes do País, visando possibilitar a exploração dos mercados nacional e internacional de lançamentos.
- d) Os cenários de investimento do PNAE (Cenário 0, 50, 100, 200, 1000) são rígidos e não permitem ajustes ao longo da vigência da publicação, independentemente da variação dos níveis de investimentos.
- e) A Missão SPORT, presente na Carteira de Execução, visa contribuir para a compreensão dos efeitos da

ionosfera e da anomalia magnética do Atlântico Sul em comunicações aeroespaciais.

**58.** A publicação "Plano de Ação para a Neoindustrialização 2024-2026" (Nova Indústria Brasil - NIB) detalha os desafios e as estratégias para o fortalecimento da indústria brasileira. De acordo com o seu conteúdo, assinale a alternativa incorreta.

- a) A NIB reconhece que o Brasil passou a enfrentar um processo de desindustrialização precoce e acelerado a partir dos anos 1980.
- b) As metas da Nova Indústria Brasil, para 2026 e 2033, foram definidas sem a participação da sociedade civil, buscando apenas consensos internos do governo.
- c) A infraestrutura da qualidade desempenha um papel importante na NIB, contribuindo para a competitividade das empresas brasileiras e a inserção qualificada do Brasil nas cadeias globais de valor.
- d) A Missão 6 da NIB, "Tecnologias de interesse para a soberania e defesa nacionais", inclui o adensamento das cadeias produtivas de veículos lançadores, radares e satélites.
- e) As compras públicas são um instrumento para alavancar o desenvolvimento industrial, permitindo ao Estado atuar como demandante de produtos e serviços em áreas estratégicas.

**59.** O Decreto nº 9.828, de 10 de junho de 2019, detalha a composição e o funcionamento do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro. De acordo com os seus comandos, assinale a alternativa incorreta.

- a) O Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro é um órgão de assessoramento ao Presidente da República.
- b) O Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República coordena o Comitê.
- c) Para a segunda chamada das reuniões do Comitê, é exigido um quórum mínimo de metade mais um dos presentes.
- d) A Secretaria-Executiva do Comitê é exercida pela Secretaria de Coordenação de Sistemas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
- e) Os grupos técnicos instituídos pelo Comitê não podem ter mais de vinte e cinco membros.

**60.** O Decreto nº 11.200, de 15 de setembro de 2022, detalha as atribuições e ações estratégicas do Plano Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas (Plansic). De acordo com os seus comandos, assinale a alternativa incorreta.

- a) O Comitê Gestor de Segurança de Infraestruturas Críticas será criado para articular, orientar, propor e gerir a implementação de ações relacionadas à segurança.
- b) As revisões sistemáticas do Plansic, que visam atualizar o planejamento, serão realizadas anualmente.
- c) O Ministério da Defesa terá um papel de apoio na implementação do Plansic e dos planos setoriais, conforme estabelecido na Estratégia Nacional de Defesa.
- d) O Plansic incentiva a elaboração de estratégias e planos de Segurança de Infraestruturas Críticas pelos governos estaduais, distrital e municipais.
- e) Os proprietários e operadores de Infraestruturas Críticas do setor privado são incentivados a participar do esforço conjunto de segurança.

**61.** O Decreto nº 7.294, de 6 de setembro de 2010, estabelece a Política de Mobilização Nacional, um conjunto de orientações do Governo Federal para o preparo e a execução da mobilização e desmobilização nacionais. De acordo com os seus comandos, assinale a alternativa correta.

- a) A Política de Mobilização Nacional foca exclusivamente nas necessidades militares do país, sem considerar a participação da sociedade civil.
- b) Um dos objetivos específicos da Política de Mobilização Nacional é a promoção da pesquisa e do desenvolvimento de tecnologias relevantes para a mobilização nacional.
- c) As diretrizes governamentais de mobilização nacional não preveem a integração das atividades de defesa civil.
- d) A Política de Mobilização Nacional é avaliada e revisada apenas a cada dez anos, devido à sua natureza de longo prazo.
- e) A infraestrutura de transporte, telecomunicações, saúde e energia é excluída dos planos de desenvolvimento para não comprometer sua operação regular em tempos de paz.

**62.** O Decreto nº 9.819, de 3 de junho de 2019, dispõe sobre a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo, um órgão de assessoramento estratégico. De acordo com os seus comandos, assinale a alternativa correta.

- a) A Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional tem como atribuição principal a gestão operacional das políticas de defesa.
- b) A composição da Câmara inclui apenas Ministros de Estado, sem a participação de representantes das Forças Armadas.
- c) Um dos temas sobre os quais a Câmara pode aprovar e acompanhar a implementação de programas é a segurança de infraestruturas críticas.
- d) O quórum de reunião da Câmara é de maioria simples, facilitando as deliberações.

e) Os grupos técnicos vinculados à Câmara podem ter duração indeterminada, conforme a necessidade dos projetos.

**63.** O Decreto nº 7.276, de 25 de agosto de 2010, aprova a Estrutura Militar de Defesa do Brasil, detalhando sua composição e as competências de seus membros e órgãos para o preparo e emprego do Poder Militar. De acordo com os seus comandos, assinale a alternativa correta.

- a) O Conselho Militar de Defesa tem como principal competência assessorar o Ministro de Estado da Defesa na decisão sobre o emprego das Forças Armadas.
  - b) Os Comandos Operacionais, sempre singulares, são ativados conforme as necessidades de preparo ou de emprego, a critério do Presidente da República.
  - c) Ao Presidente da República compete determinar a ativação dos Comandos Operacionais ao Ministro de Estado da Defesa em face de situação de crise ou conflito armado.
  - d) A organização e o funcionamento da Estrutura Militar de Defesa são disciplinados diretamente pelo Presidente da República, após consulta ao Conselho Militar de Defesa.
  - e) Os Comandantes das Forças Armadas são responsáveis por aprovar os planejamentos estratégicos de emprego do poder militar.
-

**64.** O Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001, aborda o papel das Forças Armadas em situações de garantia da lei e da ordem, delimitando suas ações e responsabilidades dos órgãos governamentais. De acordo com os seus comandos, assinale a alternativa incorreta.

- a) A decisão presidencial de emprego das Forças Armadas pode ocorrer por iniciativa própria do Presidente da República ou por solicitação de outros poderes constitucionais.
- b) As diretrizes do Decreto também orientam a execução das ações de órgãos governamentais federais na garantia da lei e da ordem, não se restringindo apenas às Forças Armadas.
- c) Consideram-se esgotados os meios previstos no art. 144 da Constituição, inclusive no que concerne às Polícias Militares, quando estes estiverem indisponíveis, inexistentes ou insuficientes ao desempenho de sua missão constitucional.
- d) O Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República tem a incumbência de centralizar conhecimentos de inteligência para subsidiar decisões presidenciais.
- e) O apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução às ações de garantia da lei e da ordem é de responsabilidade exclusiva do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

### **DEBATES INTERNACIONAIS SOBRE REGULAÇÃO DE SISTEMAS DE IA**

*Rodrigo Rennó*

**Acerca do assunto Debates Internacionais sobre Regulação de Sistemas de IA, julgue o item que se segue.**

**65.** No cenário global contemporâneo, a regulação da Inteligência Artificial tem sido objeto de intensos debates. Um dos pilares consensuais entre diferentes propostas regulatórias é:

- a) A exclusividade de empresas privadas na produção e validação dos algoritmos de interesse público.
- b) A priorização do sigilo tecnológico em detrimento da prestação de contas institucional.
- c) A centralização das decisões automatizadas em plataformas militares de uso dual.
- d) A supressão de normas nacionais para permitir o livre fluxo de inovação.
- e) A adoção de princípios éticos universais como base para o desenvolvimento e uso responsável de sistemas de IA.

### **DIREITO DO MAR**

*Áulus Dias Warzeé*

**66.** Sobre a Plataforma Continental, assinale a alternativa correta.

- a) Em 2019, o Brasil sofreu um revés no âmbito da Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), no que diz respeito à extensão de nossa Plataforma Continental.
- b) Pode se estender, excepcionalmente, para além das 200 milhas marítimas contadas a partir das linhas de base.
- c) Compreende as águas que se estendem por 188 milhas marítimas a partir do limite do mar territorial.
- d) Trata-se de área adjacente ao mar territorial, que se estende até as 24 milhas marítimas contadas das linhas de base, na qual o Estado costeiro pode adotar medidas de fiscalização.
- e) Compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até o bordo exterior da margem continental, desde que o bordo exterior esteja a menos de 200 milhas marítimas a partir das linhas de base.



**EIXO TEMÁTICO 4****POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA***Giulian Salvador*

**67.** A Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), instituída pela Lei nº 13.675/2018, consolidou diretrizes para a atuação articulada e planejada dos entes federativos na promoção da segurança pública. A PNSPDS é orientada por princípios como o respeito aos direitos humanos, a prevenção da violência e o uso comedido e proporcional da força. Com a Lei nº 14.751/2023, esses princípios foram ampliados, incorporando padrões internacionais de proteção.

Com base nas diretrizes da PNSPDS, assinale a alternativa correta:

- a) A PNSPDS é de observância facultativa pelos entes federados, tendo em vista o princípio da autonomia administrativa dos Estados e Municípios.
- b) Os princípios da PNSPDS restringem-se à atuação das forças policiais federais, não se aplicando aos demais órgãos de segurança pública.
- c) Entre os princípios da política nacional está o uso comedido e proporcional da força pelos agentes de segurança pública, com observância dos documentos internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil.
- d) A política nacional estabelece que a repressão qualificada deve ocorrer de forma isolada, vedada a atuação conjunta entre os entes federados.
- e) A prevenção social à violência e à criminalidade, prevista na PNSPDS, limita-se à atuação em zonas urbanas de alta criminalidade.

**68.** O Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), criado pela Lei nº 13.675/2018, constitui uma inovação institucional ao estabelecer uma estrutura de governança integrada para a segurança pública no Brasil. Inspirado no modelo do SUS, o SUSP promove a atuação conjunta, sistêmica e coordenada dos órgãos de segurança pública, das três esferas federativas, além de incluir mecanismos de controle social e participação comunitária.

Com base nesse sistema, assinale a alternativa correta:

- a) O SUSP prevê a atuação isolada dos entes federativos, a fim de respeitar a autonomia administrativa e financeira de cada um.
- b) A União é a única responsável pela coordenação do SUSP, sendo vedada qualquer forma de deliberação conjunta com os Estados e Municípios.
- c) A atuação dos órgãos no âmbito do SUSP deve observar princípios como chain of command vertical, próprio de estruturas militares.
- d) O SUSP é de adesão voluntária pelos entes federativos, e não gera qualquer vinculação à política nacional.
- e) O SUSP estabelece uma arquitetura de governança baseada na atuação articulada, sistêmica e integrada entre os entes federados e os órgãos de segurança pública.

**69.** O Sistema Penitenciário Federal (SPF) foi criado com o objetivo de oferecer uma estrutura de segurança máxima para o cumprimento de penas por presos que representem risco à ordem e à segurança em estabelecimentos estaduais. Atualmente, o sistema conta com cinco penitenciárias federais, localizadas em Catanduvas/PR, Campo Grande/MS, Porto Velho/RO, Mossoró/RN e Brasília/DF. Essas unidades operam sob rígido controle de acesso, com monitoramento 24 horas e aplicação do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), quando necessário, com severas restrições de comunicação e convivência. A transferência para o SPF depende de autorização judicial e fundamentação em requisitos legais, sendo a permanência considerada medida excepcional.

Com base nessas informações e nas normas aplicáveis ao Sistema Penitenciário Federal, assinale a alternativa correta:

- a) A permanência de um preso em penitenciária federal de segurança máxima é limitada ao prazo de até dois anos, sem possibilidade de renovação, para evitar violação à dignidade humana.
- b) A atuação do SPF está dissociada da cooperação federativa, uma vez que sua competência é exclusiva da União, sem previsão de apoio a Estados e ao Distrito Federal.
- c) A transferência de um preso ao SPF é automática nos casos de cometimento de falta grave em estabelecimento prisional estadual.
- d) A transferência para o SPF depende de autorização judicial e a permanência do preso poderá ser renovada, desde que persistam os fundamentos que motivaram sua inclusão.
- e) O Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), por seu caráter rigoroso, somente pode ser aplicado mediante decisão do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.

**70.** O Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP), instituído pela Lei nº 13.675/2018, é uma ferramenta central na consolidação de dados para a formulação, execução, monitoramento e avaliação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. Sua estrutura foi concebida para integrar informações de diversas áreas sensíveis, promovendo interoperabilidade entre os órgãos e a tomada de decisões estratégicas baseadas em evidências. Além disso, o SINESP possibilita o compartilhamento de dados entre os entes federativos, fortalecendo a atuação conjunta.

Com base na legislação e nos objetivos do SINESP, assinale a alternativa correta:

- a) O SINESP tem como finalidade exclusiva o armazenamento de dados sobre crimes violentos letais intencionais, sem previsão legal de integração de bancos de dados biométricos ou genéticos.
- b) O compartilhamento de dados por meio do SINESP é facultativo para os entes federativos, respeitada a autonomia administrativa de cada Estado.
- c) O sistema se limita ao uso interno da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança Pública, não sendo acessível às demais forças de segurança estaduais e municipais.
- d) O SINESP não possui previsão legal para rastreamento de armas e munições, atividade atribuída exclusivamente ao Exército Brasileiro.
- e) O SINESP integra bases de dados sobre segurança pública, sistema prisional, rastreabilidade de armas e munições, material genético, impressões digitais e entorpecentes, com vistas à atuação coordenada entre os entes da federação.

**71.** A compreensão das dinâmicas regionais dos homicídios no Brasil é fundamental para a formulação de políticas públicas de segurança mais eficazes. Segundo os dados dos últimos Atlas da Violência e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, as taxas de homicídio variam significativamente entre as regiões do país, sendo influenciadas por fatores como desigualdade social, presença de grupos armados, ausência do Estado e dinâmica do crime organizado. A juventude negra, especialmente do sexo masculino, é a principal vítima de homicídios no país, revelando a interseção entre violência letal e fatores socioeconômicos e raciais.

Com base nesse cenário, assinale a alternativa correta:

- a) As maiores taxas de homicídio no Brasil concentram-se nas regiões Sul e Sudeste, em virtude da maior densidade populacional e urbanização.
- b) O perfil das vítimas de homicídio no Brasil tem se concentrado em pessoas idosas, sobretudo mulheres brancas em áreas rurais.
- c) A dinâmica dos homicídios no Brasil é homogênea em todo o território nacional, o que permite a aplicação de políticas universais padronizadas.
- d) Os homicídios no Brasil atingem de forma desproporcional jovens negros do sexo masculino, especialmente em regiões periféricas urbanas.
- e) A redução da taxa nacional de homicídios tem sido linear e constante desde a década de 1990, sendo pouco influenciada por políticas públicas ou ciclos econômicos.

**72.** A letalidade e a vitimização policial são fenômenos que afetam profundamente a segurança pública e o Estado democrático de direito. A letalidade policial refere-se às mortes causadas por intervenções de agentes de segurança, enquanto a vitimização policial diz respeito aos profissionais mortos ou feridos em razão da atividade policial. Ambas estão associadas a múltiplos fatores, como falhas de formação, ausência de protocolos operacionais claros, militarização do policiamento e exposição dos agentes a condições de risco extremo, especialmente em regiões com presença de organizações criminosas.

Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) A vitimização policial ocorre exclusivamente durante confrontos armados com criminosos, não sendo reconhecida em situações de serviço administrativo.
- b) A letalidade policial no Brasil é uniforme em todas as regiões, com índices semelhantes entre áreas urbanas e rurais.
- c) A redução da letalidade policial depende, entre outros fatores, da adoção de protocolos de uso progressivo da força e do controle externo da atividade policial.
- d) A legislação brasileira veda a responsabilização de policiais por mortes em serviço, desde que portem armamento letal regulamentado.
- e) A Constituição de 1988 atribui ao Ministério da Justiça a competência exclusiva para apurar a conduta de policiais em ações com resultado morte.

**73.** A violência no ambiente escolar é uma manifestação complexa que reflete diversos fatores de risco, como exclusão social, intolerância, ausência de vínculos comunitários, discurso de ódio e negligência institucional. As políticas de prevenção voltadas a esse tipo de violência devem considerar ações intersetoriais e integradas, envolvendo não apenas as escolas, mas também os serviços de saúde, assistência social, segurança pública e a comunidade. Essas políticas têm como pilares a promoção da cultura de paz, o acolhimento, a mediação de conflitos e o fortalecimento dos laços sociais no ambiente educacional.

Considerando os objetivos das políticas de prevenção à violência escolar, assinale a alternativa correta:

- a) O combate à violência escolar é de competência exclusiva das secretarias de educação, sendo vedada a atuação de outros órgãos ou instituições.
- b) A mediação de conflitos e a cultura de paz não integram o escopo das políticas públicas de segurança, por tratarem de temas pedagógicos e não criminais.
- c) A violência escolar é considerada um fenômeno isolado da violência estrutural e urbana, razão pela qual dispensa ações integradas com outros setores.
- d) As políticas de prevenção à violência escolar devem priorizar a responsabilização criminal dos agressores, independentemente de sua idade.
- e) A prevenção da violência escolar exige ações integradas entre diferentes setores do poder público e a comunidade escolar, com foco na proteção e inclusão social.

**74.** Em decisão histórica no julgamento da ADPF 347, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a existência de um estado de coisas inconstitucional no sistema prisional brasileiro. Essa figura jurídica, inspirada no direito comparado, permite que a Corte reconheça a violação sistemática e generalizada de direitos fundamentais decorrente de falhas estruturais e omissões do poder público. Com isso, foram determinadas providências interinstitucionais para combater a superlotação, garantir a dignidade dos presos e assegurar a atuação coordenada entre os entes federativos e o sistema de justiça.

Diante dessa decisão, assinale a alternativa correta:

- a) O Supremo Tribunal Federal declarou o estado de coisas inconstitucional, mas restringiu seus efeitos exclusivamente à esfera federal.
- b) A decisão da ADPF 347 determinou a extinção das penas privativas de liberdade para crimes sem violência ou grave ameaça.
- c) O STF declarou a violação massiva de direitos fundamentais no sistema prisional e ordenou a elaboração de planos integrados de enfrentamento da crise.
- d) A decisão do STF limitou-se a recomendar boas práticas, sem impor obrigações concretas aos entes federados.
- e) A ADPF 347 foi arquivada por falta de provas sobre a situação das unidades prisionais brasileiras.

**75.** A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), instituída pela Portaria Interministerial MS/MJ nº 1, de 2 de janeiro de 2014, representa um marco no reconhecimento da população privada de liberdade como público do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa política visa garantir o acesso igualitário e integral à saúde, promovendo ações de vigilância, prevenção, promoção, tratamento e reabilitação, dentro dos princípios da equidade, universalidade e integralidade.

Dessa forma, assinale a alternativa correta:

- a) A PNAISP garante que as pessoas privadas de liberdade sejam atendidas como sujeitos de direito no SUS, com acesso a ações de saúde articuladas entre os níveis de atenção, respeitando a dignidade e a equidade.
- b) A assistência à saúde nas prisões, segundo a PNAISP, é de responsabilidade exclusiva da União, não havendo participação de estados ou municípios.
- c) A PNAISP limita-se ao atendimento médico curativo e emergencial, não prevendo ações de promoção ou prevenção à saúde.
- d) A política restringe o atendimento apenas a homens adultos em regime fechado, excluindo outras categorias prisionais.
- e) A atenção à saúde nas prisões, de acordo com a PNAISP, é executada por unidades vinculadas ao Ministério da Justiça, fora da estrutura do SUS.

**76.** A Política Nacional de Alternativas Penais visa promover a substituição da prisão por outras medidas que mantenham a responsabilização do indivíduo, mas sem o encarceramento. Com foco em medidas como prestação de serviços à comunidade, limitação de fim de semana e monitoração eletrônica, essa política busca garantir o respeito aos direitos fundamentais, reduzir a superlotação carcerária e fomentar uma justiça penal mais eficaz e humanizada.

Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) As alternativas penais excluem completamente a possibilidade de responsabilização penal, tendo caráter meramente educativo.
- b) A aplicação de medidas alternativas é restrita a crimes hediondos e violentos, conforme previsto na Lei de Execução Penal.
- c) A Política Nacional de Alternativas Penais defende a expansão do sistema penitenciário federal como principal estratégia de redução da criminalidade.
- d) As alternativas penais representam formas eficazes de responsabilização, contribuindo para a redução da superlotação prisional e para a ressocialização do apenado.
- e) A monitoração eletrônica é incompatível com o conceito de alternativa penal e só pode ser aplicada em regime fechado.



77. A revisão externa das políticas de segurança pública é um instrumento democrático voltado ao controle, à avaliação e ao aprimoramento das ações estatais na área da segurança. Ela envolve diversos atores institucionais e da sociedade civil, promovendo a transparência, a prestação de contas e o respeito aos direitos fundamentais.

Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) A revisão externa é atribuição exclusiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública, não se admitindo a participação da sociedade civil nesse processo.
- b) A Constituição Federal de 1988 silencia quanto à participação popular no controle de políticas públicas, razão pela qual a revisão externa carece de fundamento jurídico.
- c) O controle externo da segurança pública abrange unicamente aspectos orçamentários e financeiros, sendo vedada a avaliação de conteúdo das políticas públicas.
- d) A revisão externa das políticas de segurança pública envolve a atuação de órgãos de controle, como o Ministério Público e os Tribunais de Contas, bem como a participação ativa da sociedade civil por meio de conselhos, ouvidorias e organizações independentes.
- e) A legislação brasileira proíbe expressamente a cooperação com organismos internacionais na avaliação de políticas de segurança, por entender que isso compromete a soberania nacional.

## REGRAS DE NELSON MANDELA E REGRAS DE BANGKOK

*Ricardo Torques*

78. Leia o texto a seguir:

“No sistema prisional brasileiro, há uma situação de violação em massa de direitos fundamentais dos presos, a exemplo dos direitos à integridade física, alimentação, higiene, saúde, estudo e trabalho. Esse cenário está em desacordo com as normas previstas na Constituição Federal de 1988 (art. 3º, III, e art. 5º, incs. XLVII, XLVIII e XLIX), nos tratados internacionais de direitos humanos de que o Brasil é parte e nas demais leis aplicáveis ao tema (entre elas, a Lei de Execução Penal). Essas normas autorizam que o Estado limite a liberdade do condenado, mas não permitem que outros direitos sejam desrespeitados. As condições de cumprimento de pena estão expressamente reguladas pelas normas citadas. O seu cumprimento não é uma questão política, mas uma questão jurídica, a ser assegurada pelo STF”

([https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/1ADPF347InformaosociedadeV2\\_6out23\\_17h55.pdf](https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/1ADPF347InformaosociedadeV2_6out23_17h55.pdf))

O texto acima bem ilustra que o Brasil não segue à risca todos os parâmetros estabelecidos nas Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos, também conhecida como “regras de Mandela”. De acordo com as Regras de Mandela, assinale a alternativa correta:

- a) Admite-se a tortura para obtenção de confissão de recluso.
- b) Considerando que o Brasil não adota religião oficial, não se admite práticas religiosas nos estabelecimentos prisionais.
- c) . As medidas tomadas para proteger e promover os direitos dos reclusos portadores de necessidades especiais serão consideradas discriminatórias.
- d) A prestação de serviços médicos aos reclusos é da responsabilidade do próprio interessado.
- e) As celas ou locais destinados ao descanso noturno não devem ser ocupados por mais de um recluso.

**EIXO TEMÁTICO 5****ACESSO À JUSTIÇA E PROTEÇÃO DA  
INFÂNCIA EM AMBIENTES DIGITAIS,  
MIGRAÇÕES E ENFRENTAMENTO AO  
TRÁFICO DE PESSOAS E AO CONTRABANDO  
DE MIGRANTES, DIREITO INTERNACIONAL  
HUMANITÁRIO E COOPERAÇÃO JURÍDICA  
INTERNACIONAL***Ricardo Torques*

79. Leia o texto a seguir:

“Em 2024, foram registrados 194.331 novos migrantes no Brasil. Os venezuelanos lideraram a lista das principais nacionalidades que solicitam autorização de residência (94.726 pessoas) e refugiados reconhecidos (12.726).

Esses dados estão detalhados na 8ª edição do Boletim da Migração, divulgado pela Secretaria Nacional de Justiça (Senajus), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), nesta quinta-feira (6).

Entre os motivos que levaram pessoas de outras nacionalidades a solicitar abrigo no Brasil em 2024 estão: reunião familiar (16.567), trabalho e investimentos (14.507) e estudo (8.725). Apesar de representarem números menores, os pedidos para cumprir missão religiosa (2,3 mil), registrar como fronteiriços (1.966) e receber acolhida humanitária (4.317) também são considerados no levantamento” (Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/brasil-registra-194-3-mil-novos-migrantes-em-2024>)

A Lei 13.445/2017 institui a Lei de migração e estabelece que a política migratória brasileira rege-se por alguns princípios e diretrizes. Dentre as alternativas abaixo, assinale um desses princípios e diretrizes:

- a) Permissão de deportações coletivas em caso de grave violação a direitos humanos.
- b) Acesso diferenciado do migrante a serviços, programas e benefícios sociais.
- c) Promoção de entrada regular e de regularização documental.

d) Criminalização da migração.

e) Vedação do reconhecimento acadêmico no Brasil.

80. Claude nasceu no país X, se casou no país Y e teve um filho no país Z. Em virtude das normas de cada um desses países, Claude atualmente não é reconhecido como nacional em nenhum deles. Na referida situação, Claude pode ser entendido como:

- a) Imigrante.
- b) Emigrante.
- c) Fronteiriço.
- d) Apátrida.
- e) Visitante.

81. Patrick, nacional, residente e domiciliado no Inglaterra, pretende visitar o Brasil com a finalidade de conhecer o Rio de Janeiro e suas belas praias, permanecendo em terras brasileiras por período de curta duração e sem intenção de estabelecer residência. Para tanto, Patrick deverá possuir o visto

- a) temporário
- b) de visita
- c) diplomático
- d) oficial
- e) de cortesia.

**QUESTÕES BRASILEIRAS  
CONTEMPORÂNEAS***Leandro Signori*

**82.** A Constituição de 1988 instituiu um novo paradigma de participação social no Brasil, fortalecendo os mecanismos de controle democrático das políticas públicas. Nesse processo, conselhos paritários, conferências setoriais e fóruns territoriais passaram a exercer papel fundamental na construção de políticas públicas mais inclusivas e responsivas.

No entanto, esses espaços também enfrentam desafios relacionados à sua efetividade, institucionalização e à capacidade real de influenciar as decisões governamentais, especialmente em momentos de retração democrática ou desmonte de estruturas participativas.

Considerando esse contexto, a eficácia desses instrumentos depende principalmente de:

- a) Reconhecimento jurídico e disponibilidade de recursos e canais de escuta efetiva.
- b) Estrutura formal de fiscalização de mandatos parlamentares.
- c) Sua desvinculação de instâncias governamentais e sua autonomia normativa.
- d) Atuação exclusivamente técnica, sem envolvimento da sociedade civil organizada.
- e) Alternância obrigatória entre representantes populares e militares nas cadeiras deliberativas.

**83.** O conceito de racismo institucional descreve formas de discriminação racial reproduzidas por normas, rotinas e estruturas institucionais, mesmo quando não há intenção explícita de exclusão. Ele se expressa por desigualdades sistemáticas nos acessos e resultados para grupos racializados. No Brasil, a persistência desse fenômeno é identificável em diferentes esferas do setor público.

Diante desse cenário, é mais apropriado identificar o racismo institucional quando:

- a) Autoridades públicas emitem declarações de teor abertamente preconceituoso.
- b) Políticas públicas universais não incluem recortes de cor ou raça em seus diagnósticos.
- c) Casos isolados de injúria racial são cometidos por cidadãos comuns e repercutem na mídia.
- d) Estatísticas educacionais apontam variações entre escolas públicas e privadas.
- e) Disparidades raciais sistemáticas nos serviços ofertados indicam efeitos discriminatórios estruturais.

**84.** As grandes cidades brasileiras apresentam padrões intensos de segregação socioespacial, dificultando o acesso equitativo a serviços públicos básicos como transporte, saneamento e habitação. A permanência de populações em assentamentos informais evidencia a insuficiência das políticas urbanas tradicionais, que muitas vezes desconsideram as dinâmicas reais de ocupação do território e as formas alternativas de produção da cidade.

Nesse contexto, uma política urbana orientada à justiça social deve:

- a) Priorizar o reordenamento do solo urbano por meio de incentivos à verticalização nas áreas centrais, com repasse parcial de recursos para a periferia.
- b) Integrar as áreas informais aos instrumentos de planejamento urbano, garantindo infraestrutura, regularização fundiária e participação comunitária.
- c) Substituir a atuação direta do Estado por parcerias privadas para construção de moradias populares em regiões de expansão imobiliária.
- d) Induzir a migração interna das famílias de baixa renda para cidades médias, onde o custo de vida é mais acessível e a densidade urbana é menor.
- e) Estimular a gentrificação de áreas degradadas como forma de atrair investimento e redistribuir o uso do solo de maneira espontânea.

**85.** “Dados do 2º Relatório de Transparência Salarial e Critérios Remuneratórios divulgados nesta quarta-feira, 18 de setembro, mostram que as mulheres recebem apenas 79,3% do salário de homens no mesmo cargo (20,7% a menos) nas 50.692 empresas com 100 ou mais empregados.

A média salarial dos homens é de R\$ 4.495,39, enquanto a das mulheres é de R\$ 3.565,48. De acordo com o relatório, mulheres negras recebem 50,2% do que recebem homens brancos e, em cargos de gerência, mulheres recebem 73% do que recebem os homens na mesma posição.

Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/09/mulheres-ganham-em-media-79-3-do-salario-de-homens-com-mesmo-cargo-diz-relatorio>. Acesso em 07/07/2025.

Esse cenário revela a persistência de:

- a) Desigualdade apenas educacional.
- b) Meritocracia salarial no setor formal.
- c) Discriminação interseccional.
- d) Igualdade de oportunidades por qualificação.
- e) Convergência salarial por geração.

**86.** Jovens entre 18 e 24 anos compõem o grupo com maior taxa de desemprego no Brasil. Mesmo com a expansão da educação superior, a transição da escola para o trabalho permanece instável e excludente, especialmente para os jovens de baixa renda.

Dentre as alternativas abaixo, qual representa uma medida coerente para enfrentar essa realidade?

- a) Redução da carga horária escolar obrigatória.
- b) Criação de programas de formação profissional integrados à escola.
- c) Fomento à rotatividade entre trabalhadores jovens para estimular competitividade.
- d) Aumento da contribuição previdenciária para jovens empreendedores.
- e) Incentivo à terceirização de funções públicas para recém-formados.

## DIREITOS DIGITAIS

Antônio Daud

**87.** Gilmar, cidadão particular, ao comparecer a uma farmácia para compra de medicamento, foi indagado sobre a possibilidade de permitir que o estabelecimento tratasse seus dados pessoais. Nesta ocasião, foi-lhe informado INCORRETAMENTE que a legislação permite o tratamento de dados pessoais nas seguintes hipóteses:

- a) fornecimento de consentimento pelo titular, seja por escrito ou por outro meio que demonstre sua manifestação de vontade.
- b) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.
- c) realização de estudos por órgão de pesquisa garantida sempre que possível a anonimização dos dados pessoais.
- d) para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, desde que a pedido do titular dos dados.
- e) para o exercício regular de direitos em processo judicial ou administrativo, não incluindo o exercício de direitos em outros foros, como o arbitral.

## CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Renan Araujo

**88.** A conduta de “destruir ou inutilizar meios de comunicação ao público, estabelecimentos, instalações ou serviços destinados à defesa nacional, com o fim de abolir o Estado Democrático de Direito” configura:

- a) crime de abolição violenta do Estado Democrático de Direito (art. 359-L do CP).
- b) crime de golpe de Estado (art. 359-M do CP).
- c) crime de sabotagem (art. 359-R do CP).
- d) crime de violência política (art. 359-P do CP).
- e) fato atípico.

**COMBATE À CORRUPÇÃO: RECUPERAÇÃO DE ATIVOS; ESTRATÉGIA NACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO (ENCCLA).***Giulian Salvador*

89. A atuação coordenada entre instituições públicas é essencial para o enfrentamento da corrupção e da lavagem de dinheiro, especialmente quando tais crimes envolvem esquemas transnacionais de ocultação e movimentação ilícita de ativos. No Brasil, destacam-se duas iniciativas estratégicas voltadas a esse enfrentamento: o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) e a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA). Enquanto o primeiro exerce funções executivas e atua como Autoridade Central na cooperação internacional, a segunda funciona como instância interinstitucional de articulação e formulação de políticas públicas.

À luz das competências dessas duas estruturas, assinale a alternativa correta:

- a) A ENCCLA é um órgão com competência legal para instaurar procedimentos investigativos em casos de corrupção e lavagem de dinheiro, cabendo ao DRCI apenas o papel de apoio técnico.
- b) O DRCI atua exclusivamente como instância de assessoramento da Polícia Federal, sem exercer funções de representação internacional.
- c) A ENCCLA é coordenada pela Controladoria-Geral da União (CGU), que também responde pela Secretaria Executiva da Estratégia.
- d) O DRCI exerce a função de Autoridade Central para pedidos de cooperação jurídica internacional e também coordena a execução administrativa da ENCCLA.
- e) A atuação da ENCCLA limita-se à repressão penal, com foco na aplicação de sanções previstas na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).

**POLÍTICAS PARA OS POVOS INDÍGENAS***Marco Túlio*

90. A respeito das Políticas Públicas implementadas pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas, considere a alternativa correta.

- a) Sua política arquivística objetiva ampliar o acesso à informação produzida pela atuação indigenista do Estado brasileiro, com o intuito de proteger os direitos dos povos indígenas e dos cidadãos em geral.
- b) O órgão objetiva garantir, por meio de ações fiscalizatórias e arranjos interinstitucionais, a posse dos territórios pelas populações indígenas, bem como o usufruto compartilhado dos seus recursos naturais.
- c) O objetivo geral da política pública para povos indígenas isolados e de contato recente é de promover e proteger os direitos destes povos, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional.
- d) A promoção da Cidadania envolve o fortalecimento das organizações sociais, as identidades étnicas, o protagonismo e a autoestima dos povos indígenas, com ênfase às questões de raciais e culturais.
- e) A Funai preza pela condução de atividades voltadas à implementação de políticas públicas de infraestrutura adequadas às especificidades dos povos indígenas, que independem dos órgãos municipais, estaduais e federais.



## Discursiva 1

Uma das áreas mais estudadas em gestão de pessoas é a administração de conflitos nas organizações. À medida que as empresas mergulham em um ambiente externo cada vez mais competitivo e exigente, inevitavelmente, o ambiente interno também é afetado, afinal, são as pessoas que conduzem as organizações. Além disso, problemas decorrentes de relacionamento interpessoal, estresse, problemas de saúde, familiares, relações de poder e reflexos decorrentes do estilo de administração e de estrutura adotada pela empresa são também fatores geradores de conflitos entre as pessoas no ambiente de trabalho. Para lidar com tudo isso, não existe uma receita única e padronizada em que o setor de gestão de pessoas pode se apoiar, no entanto, é importantíssimo entender qual é o fator desencadeador de todo esse processo e trabalhar na fonte do problema.

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo sobre o tema **administração de conflitos**, respondendo, necessariamente, aos seguintes pontos:

- As diferentes percepções quanto ao papel dos conflitos nas organizações;
- O processo de conflito e seus níveis de gravidade;
- As abordagens sobre como podem ser administrados.

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## Discursiva 2

A atuação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, embora pautada pela manutenção da paz e da segurança internacionais, está condicionada a um sistema decisório que distingue os membros permanentes dos demais, e que tem suscitado críticas quanto à sua efetividade e equidade. Diante desse cenário, redija um texto dissertativo, de forma fundamentada, abordando os seguintes tópicos:

1. O processo decisório no Conselho de Segurança da ONU, com destaque para os critérios de deliberação em decisões processuais e não processuais;
2. A prerrogativa do direito de veto conferida aos membros permanentes e seus efeitos na efetividade das decisões do Conselho, especialmente em situações de conflito internacional;
3. A obrigatoriedade das decisões do Conselho de Segurança para os Estados-membros e os mecanismos normativos utilizados pelo Estado brasileiro para sua internalização.

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.*

*Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---